

Entrevista com **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho** (CRP 05/26077), psicólogo, conselheiro do CRP-RJ e professor do Instituto de Psicologia da UFRJ.

1) Qual você acredita que seja o papel da Psicologia no enfrentamento à homofobia?

Acredito que, neste momento, o principal papel do Sistema Conselhos de Psicologia seja problematizar aquilo que se entende por homofobia. Não entendemos que homofobia seja restrita a violências físicas, que podem ser coibidas por uma lei que criminaliza tais práticas. Homofobia também são discursos e omissões. Homofobia também é uma questão institucional. Temos há quase 10 anos uma resolução que deixa claro que nenhum psicólogo pode, publicamente, se pronunciar preconceituosamente. Como também não podemos, por métodos e técnicas psicológicas, tentar curar aquilo que a Psicologia brasileira afirma não ser patologia, perversão ou desvio. Em 2009 completaremos 10 anos de resolução e precisamos comemorar isso. Esta foi a intenção do GT “Psicologia e Diversidade Sexual”, do CRP-05, quando propôs um encontro nacional com os outros GTs que já existem (São Paulo e Bahia, além do Paraná, em processo de criação na sub-sede Londrina). Queremos trocar experiências e, propositivamente, criar uma agenda nacional, para aprovação na APAF de dezembro, para que o ano de 2009 seja não só de comemorações, pelos 10 anos da resolução, mas principalmente para avaliarmos o impacto desta resolução na prática profissional dos psicólogos.

2) Você acha que os psicólogos têm cumprido esse papel?

Acredito que os psicólogos conhecem muito pouco do Sistema Conselhos de Psicologia e de suas resoluções. Por isso a necessidade de divulgarmos nossas posições em relação a orientação sexual.

3) Como o CFP se posiciona quanto à forma com que psicólogos devem tratar essas questões?

Em consonância à resolução 001/99.

4) Que impactos psicológicos o preconceito pode gerar nos homossexuais?

O preconceito, independente do público a que se destina, faz sofrer. E nenhum ser humano precisa sofrer desnecessariamente.

5) Como psicólogos podem ajudar homossexuais a enfrentar essas situações?

A sexualidade, enquanto um critério que nos define, emerge num processo histórico marcado por relações de saber-poder. A pergunta que se faz é: por que o modo como nos relacionamos (ou não nos relacionamos) sexualmente serve para dizer algo sobre nós?

6) De que outras formas essas pessoas podem enfrentar o preconceito? Qual o papel da família, por exemplo, nesse aspecto?

Sou professor do Instituto de Psicologia da UFRJ e lá, coordeno uma pesquisa intitulada “Psicologia e criminalização da sexualidade: impactos da resolução CFP 001/99”. Fizemos, ao longo deste ano, entrevistas com pessoas que participaram da I Conferência

Estadual para Políticas Públicas LGBT, além daquelas que estiveram nas Paradas do Orgulho LGBT em Niterói, Duque de Caxias e Copacabana. Foram mais de 100 entrevistados, onde obtivemos alguns números que propiciam análises interessantes: mais de 60%, em algum momento de sua vida, foram encaminhadas ao psicólogo, quando o assunto em pauta era a sexualidade de LGBTs. Entre os que se declaravam heterossexuais, no entanto, ninguém foi encaminhado ao psicólogo por conta de sua “heterossexualidade”. Quando investigávamos a origem do encaminhamento, pudemos perceber que quase 70% foram pelos pais. É preciso, portanto, discutirmos amplamente o que isso significa e, principalmente, o que nós psicólogos temos feito com essas demandas que são endereçadas a nós.

7) Como você avalia a propagação na mídia de estereótipos relativos aos homossexuais (através de programas humorísticos, por exemplo)?

Sofrível. O estereótipo, seja ele qual for, só ajudar a manter concepções generalizantes e distantes da singularidade que atravessa existências e que propiciam a diversidade e a pluralidade.

8) No campo acadêmico, como a Psicologia têm se posicionado quanto à diversidade sexual e a homofobia?

Cada vez mais temos transversalizado nossos conteúdos programáticos com discussões em torno do tema. Cada vez mais temos produzido pesquisas e projetos de extensão, além de eventos marcados pela transdisciplinaridade. Não defendo a existência de disciplinas específicas, mas da possibilidade deste tema atravessar conteúdos outros.

9) Enquanto psicólogo, como você percebe a aceitação na sociedade atual com relação à diversidade sexual? Fatores como religião e local de moradia influenciam na aceitação ou não dessa diversidade?

A questão não é aceitar ou não aceitar. Ninguém pergunta a orientação sexual dos cidadãos no momento da declaração do imposto de renda, por exemplo. Portanto, não há a questão se aceita ou não aceita suas contribuições tributárias. É preciso tratar com isonomia outras questões. Se são cidadãos em seus deveres, devem ser da mesma forma com seus direitos, sem distinções.

10) Como as pessoas têm reagido às mudanças em conceitos “tradicionais” como família, casamento, parentalidade etc.?

Conceitos são produtos de um contexto sócio-histórico-político. Conceitos não são, deste modo, essências. Desnaturalizar conceitos é desnaturalizar concepções.

11) Como você avalia as políticas públicas relativas à promoção da diversidade sexual e ao combate à homofobia? Como elas poderiam ser melhoradas nesse sentido?

Não precisaríamos de políticas públicas específicas caso não fôssemos distinguidos pela forma como exercemos nossa sexualidade. A pergunta que se faz, então, é: quais critérios são forjados e utilizados para que sejamos estes ou aqueles tipos de cidadãos?

12) Qual o papel dos movimentos sociais na luta contra a homofobia?

Produzir pauta. Precisamos tirar a homofobia do armário. Existem hoje, no mundo, 80 países que criminalizam, em suas leis penais, a prática homossexual. Destas, 7 com pena de morte. No Brasil nossa lei penal não criminaliza, mas não quer dizer que somos um país livre de homofobia. Cabe aos movimentos sociais nos lembrarem disso.